

Aula 18

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo
Estratégico de Noções de Direito
Constitucional - 2025 (Pós-Edital)*

Autor:
Tulio Lages

14 de Agosto de 2025

Índice

1) Roteiro de Revisão - Funções Essenciais à Justiça	3
2) Questões Estratégicas - Funções Essenciais à Justiça - Instituto AOCB - Médio	15
3) Questionário de Revisão - Funções Essenciais à Justiça	23
4) Referências Bibliográficas	28



ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

A ideia desta seção é apresentar um roteiro para que você realize uma revisão completa do assunto e, ao mesmo tempo, destacar aspectos do conteúdo que merecem atenção.

Para revisar e ficar bem-preparado no assunto, você precisa, basicamente, compreender bem os arts. 127 a 135 da CF, buscando a sua memorização paulatina, atentando-se especialmente para os pontos e orientações a seguir:

Abrangência

- As Funções Essenciais à Justiça abrangem: Ministério Público, Advocacia Pública, Advocacia Privada e Defensoria Pública.

Ministério Público (arts. 127 a 130-A da CF/88)

CF/88, art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

§ 1º - São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

§ 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira; a lei disporá sobre sua organização e funcionamento.

§ 3º O Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

§ 4º Se o Ministério Público não encaminhar a respectiva proposta orçamentária dentro do prazo estabelecido na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, os valores aprovados na lei orçamentária vigente, ajustados de acordo com os limites estipulados na forma do § 3º.

§ 5º Se a proposta orçamentária de que trata este artigo for encaminhada em desacordo com os limites estipulados na forma do § 3º, o Poder Executivo procederá aos ajustes necessários para fins de consolidação da proposta orçamentária anual.

§ 6º Durante a execução orçamentária do exercício, não poderá haver a realização de despesas ou a assunção de obrigações que extrapolem os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, exceto se previamente autorizadas, mediante a abertura de créditos suplementares ou especiais.

- O Ministério Público é instituição permanente, autônoma (autonomia funcional, administrativa e orçamentária) e independente (caput e §§ 1º a 3º);



- Missão do Ministério Público: "defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis" (caput);
- Princípios institucionais do Ministério Público: unidade, indivisibilidade e independência funcional (§ 1º). A unidade é aplicável apenas dentro de cada um dos MPs; a indivisibilidade é decorrente da unidade; a independência funcional se refere tanto ao MP como um todo, quanto a cada membro individualmente.
- O princípio do promotor natural está implicitamente previsto no art. 5º, LIII da CF e assentado nas cláusulas da independência funcional e da inamovibilidade dos membros do Ministério Público.

JURISPRUDÊNCIA

"Princípio do promotor natural: a matriz constitucional desse princípio assenta-se nas cláusulas da independência funcional e da inamovibilidade dos membros da instituição"¹.

- Como o Poder Executivo detém a iniciativa das leis orçamentárias (art. 84, inciso XXIII), a proposta orçamentária do Ministério Público deve ser encaminhada àquele Poder.

É também por isso que cabe ao Poder Executivo realizar as medidas e ajustes referentes ao orçamento do Ministério Público nas hipóteses previstas no § 4º (caso em que o Ministério Público não encaminha a proposta no prazo estabelecido na lei de diretrizes orçamentárias) e § 5º (caso em que o Ministério Público encaminha proposta em desacordo com os limites estipulados na lei de diretrizes orçamentárias).

Cumprir destacar que, encaminhando o Ministério Público sua proposta orçamentária ao Executivo obedecendo os limites da LDO e demais requisitos previstos no art. 127, § 3º, o chefe do Poder Executivo não pode reduzir unilateralmente o orçamento proposto, cabendo a ele remetê-lo ao Poder Legislativo e, se entender pertinente, solicitar a redução pretendida, conforme entendimento recente do STF:

JURISPRUDÊNCIA

"É inconstitucional a redução unilateral pelo Poder Executivo dos orçamentos propostos pelos outros Poderes e por órgãos constitucionalmente autônomos, como o Ministério Público e a Defensoria Pública, na fase de consolidação do projeto de lei orçamentária anual, quando tenham sido elaborados em obediência às leis de diretrizes orçamentárias e enviados conforme o art. 99, § 2º, da CRFB/88, cabendo-lhe apenas pleitear ao Poder Legislativo a redução pretendida, visto que a fase de apreciação legislativa é o momento constitucionalmente correto para o debate de possíveis alterações no Projeto de Lei Orçamentária"².

¹STF - HC 67.759.

²STF – ADI 5287.



Abrangência do Ministério Público

CF/88, art. 128. O Ministério Público abrange:

I - o Ministério Público da União, que compreende:

- a) o Ministério Público Federal;
- b) o Ministério Público do Trabalho;
- c) o Ministério Público Militar;
- d) o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;

II - os Ministérios Públicos dos Estados.

§ 1º O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.

§ 2º A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.

§ 3º Os Ministérios Públicos dos Estados e o do Distrito Federal e Territórios formarão lista tríplice dentre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.

§ 4º Os Procuradores-Gerais nos Estados e no Distrito Federal e Territórios poderão ser destituídos por deliberação da maioria absoluta do Poder Legislativo, na forma da lei complementar respectiva.

§ 5º Leis complementares da União e dos Estados, cuja iniciativa é facultada aos respectivos Procuradores-Gerais, estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público, observadas, relativamente a seus membros:

I - as seguintes garantias:

- a) vitaliciedade, após dois anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado;
- b) inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do órgão colegiado competente do Ministério Público, pelo voto da maioria absoluta de seus membros, assegurada ampla defesa;
- c) irredutibilidade de subsídio, fixado na forma do art. 39, § 4º, e ressalvado o disposto nos arts. 37, X e XI, 150, II, 153, III, 153, § 2º, I;

II - as seguintes vedações:

- a) receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais;
- b) exercer a advocacia;
- c) participar de sociedade comercial, na forma da lei;
- d) exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo uma de magistério;
- e) exercer atividade político-partidária;
- f) receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei.

§ 6º Aplica-se aos membros do Ministério Público o disposto no art. 95, parágrafo único, V.

- Não há Ministério Público municipal.

- O Ministério Público do DF e Territórios integra o Ministério Público da União (ou seja, não é uma espécie de Ministério Público estadual). Inclusive, convém destacar que compete à União organizar e manter o MPDFT (art. 21, XIII, CF).



- Não há menção à Ministério Público Eleitoral no inciso I (embora, na prática, ele exista).
- Não há menção ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas nos incisos I ou II – com efeito, os Ministérios Públicos junto aos Tribunais de Contas não integram a estrutura orgânica nem do MPU, nem dos Ministérios Públicos Estaduais (MPEs).

Além disso, não possuem as atribuições previstas no art. 129 (transcrito mais à frente). A eles, por outro lado, são aplicáveis os mesmos direitos, vedações e forma de investidura dos membros do MP em geral (art. 130).

CF/88, art. 130. Aos membros do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas aplicam-se as disposições desta seção pertinentes a direitos, vedações e forma de investidura.

- Lei complementar de organização do Ministério Público (§ 5º):

No âmbito da União, a referida lei é de iniciativa **concorrente** do Presidente da República e do chefe do Ministério Público (PGR), porém, no âmbito estadual, é de iniciativa **reservada** ao Procurador-Geral de Justiça de cada estado (entendimento do STF³).

Essa lei complementar não se confunde com a lei ordinária, de iniciativa privativa do Presidente da República, para dispor sobre normas GERAIS para a organização do Ministério Público dos Estados, do DF e dos Territórios (CF, art. 61, II, “d”).

- Não há hierarquia entre o MPU e os MPEs. Eventual conflito de atribuições entre um membro do MPF e outro do MPE, entretanto, será resolvido pelo PGR⁴.
- O PGR deve ser nomeado dentre integrantes da carreira do MPU (§ 1º) – pode ser de qualquer ramo do MPU⁵.
- A nomeação do PGR deve ser aprovada pela maioria do Senado Federal (§ 1º), mediante voto secreto, após arguição pública (art. 51, III, “e”).
- Não há limite constitucional ao número de reconduções do PGR (§ 1º).
- O PGR pode ser destituído por iniciativa do Presidente da República, sendo necessária a aprovação da maioria absoluta do Senado Federal (§ 2º).
- Aos Procuradores-Gerais de Justiça só é permitida apenas uma recondução (§ 3º).

³ STF – ADI 4142/RO, ADI 400/ES.

⁴ STF – ACO 924/MG.

⁵ STF – MS 21.239.



- Não há participação do Poder Legislativo na nomeação do Procurador-Geral de Justiça (§ 3º).
- É possível a destituição do Procurador-Geral por meio de deliberação da maioria absoluta do Poder Legislativo (ou seja, nos Estados será a respectiva Assembleia Legislativa; já no DF será o Senado! – lembre-se de que o MPDFT integra o MPU).
- Consoante entendimento do STF, caso ocorra vacância do cargo de Procurador-Geral no curso do mandato, o próximo ocupante deverá cumprir um novo período de dois anos (e não simplesmente completar o período restante do mandato do antecessor)⁶.
- Garantias funcionais dos membros do MP: vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídios (§ 5º, inciso I). Perceba que a inamovibilidade não impede a remoção de ofício do membro do MP (art. 130-A, § 2º, III).
- Apesar de o art. 128, § 5º, inciso II, “b”, vedar o exercício da advocacia por parte dos membros do MP, o art. 29, § 3º do ADCT permite que os integrantes da carreira do MPU que tenham sido admitidos antes da promulgação da CF/88 e que tenham optado pelo regime anterior exerçam a advocacia.
- A quarentena prevista no § 6º do art. 128 é aplicável somente ao tribunal perante o qual o membro do MP oficiava.

Funções institucionais do Ministério Público

CF, art. 129. São funções institucionais do Ministério Público:

I - promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei;

II - zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;

III - promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

IV - promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos nesta Constituição;

V - defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas;

VI - expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, na forma da lei complementar respectiva;

VII - exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar mencionada no artigo anterior;

VIII - requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais;

IX - exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe vedada a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas.

⁶ STF – ADI 1.783-BA.



§ 1º - A legitimação do Ministério Público para as ações civis previstas neste artigo não impede a de terceiros, nas mesmas hipóteses, segundo o disposto nesta Constituição e na lei.

§ 2º As funções do Ministério Público só podem ser exercidas por integrantes da carreira, que deverão residir na comarca da respectiva lotação, salvo autorização do chefe da instituição.

§ 3º O ingresso na carreira do Ministério Público far-se-á mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em sua realização, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, três anos de atividade jurídica e observando-se, nas nomeações, a ordem de classificação. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

§ 4º Aplica-se ao Ministério Público, no que couber, o disposto no art. 93.

§ 5º A distribuição de processos no Ministério Público será imediata.

- O rol de funções institucionais do Ministério Público previsto no art. 129 é não-exaustivo, em razão do previsto no inciso IX.

- A ação civil pública se presta à proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (inciso III do art. 129)

Vale destacar que promover a ação civil pública não é competência exclusiva do MP, porém, se não intervier como parte, o MP atuará obrigatoriamente como fiscal da lei (Lei 7.347/85, art. 5º, inciso III e § 1º).

Além disso, o STF entende que “o Ministério Público tem legitimidade para a propositura de ação civil pública em defesa de direitos sociais relacionados ao FGTS”⁷.

- O MP exerce o controle externo (e não interno) da atividade policial (inciso VII).

- Apesar de o MP ter a competência para promover, privativamente, a ação penal pública, há também a ação penal privada subsidiária da pública, ajuizada quando aquela não for intentada no prazo legal (art. 5º, LIX).

- O oferecimento de denúncia pelo MP pode ser fundamentado em peças de informação obtidas unicamente pelo Parquet, sem necessidade de prévio inquérito policial⁸.

- Se houver autorização do chefe da instituição, o integrante do MP poderá residir fora da comarca da respectiva lotação (§ 2º).

- O concurso para ingresso na carreira do MP contará com a participação da OAB “em sua realização” (§ 3º), enquanto o concurso para ingresso na magistratura contará com a participação da OAB “em todas as fases” (art. 93, inciso I).

⁷ STF – RE 643978

⁸ STF – RE 535.478



- O STF⁹ entende que o Ministério Público dispõe de atribuição **concorrente** à polícia judiciária para promover, por autoridade própria, e por prazo razoável, **investigações de natureza penal**.

Em tais investigações, devem ser respeitados os direitos e garantias **que assistem a qualquer indiciado ou a qualquer pessoa sob investigação do Estado**. Devem ser observadas sempre, por seus agentes, as hipóteses de reserva constitucional de jurisdição e, também, as prerrogativas profissionais da advocacia, sem prejuízo da possibilidade do permanente controle jurisdicional dos atos, necessariamente documentados, praticados pelos membros dessa Instituição.

A instauração de procedimento investigatório pelo Ministério Público deverá ser motivada sempre que houver **suspeita de envolvimento de agentes dos órgãos de segurança pública na prática de infrações penais ou sempre que mortes ou ferimentos graves ocorram em virtude da utilização de armas de fogo por esses mesmos agentes**.

Nas investigações de natureza penal, o Ministério Público pode requisitar a **realização de perícias técnicas, cujos peritos deverão gozar de plena autonomia funcional, técnica e científica na realização dos laudos**.

Conselho Nacional do Ministério Público

CF/88, art. 130-A. O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução, sendo:

I o Procurador-Geral da República, que o preside;

II quatro membros do Ministério Público da União, assegurada a representação de cada uma de suas carreiras;

III três membros do Ministério Público dos Estados;

IV dois juízes, indicados um pelo Supremo Tribunal Federal e outro pelo Superior Tribunal de Justiça;

V dois advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;

VI dois cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal.

§ 1º Os membros do Conselho oriundos do Ministério Público serão indicados pelos respectivos Ministérios Públicos, na forma da lei.

§ 2º Compete ao Conselho Nacional do Ministério Público o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros, cabendo-lhe:

I zelar pela autonomia funcional e administrativa do Ministério Público, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências;

II zelar pela observância do art. 37 e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Ministério Público da União e dos Estados, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência dos Tribunais de Contas;

⁹STF - ADIs 2.943, 3.309 e 3.318



III - receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Ministério Público da União ou dos Estados, inclusive contra seus serviços auxiliares, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional da instituição, podendo avocar processos disciplinares em curso, determinar a remoção ou a disponibilidade e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa;

IV rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos Estados julgados há menos de um ano;

V elaborar relatório anual, propondo as providências que julgar necessárias sobre a situação do Ministério Público no País e as atividades do Conselho, o qual deve integrar a mensagem prevista no art. 84, XI.

§ 3º O Conselho escolherá, em votação secreta, um Corregedor nacional, dentre os membros do Ministério Público que o integram, vedada a recondução, competindo-lhe, além das atribuições que lhe forem conferidas pela lei, as seguintes:

I receber reclamações e denúncias, de qualquer interessado, relativas aos membros do Ministério Público e dos seus serviços auxiliares;

II exercer funções executivas do Conselho, de inspeção e correição geral;

III requisitar e designar membros do Ministério Público, delegando-lhes atribuições, e requisitar servidores de órgãos do Ministério Público.

§ 4º O Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil oficiará junto ao Conselho.

§ 5º Leis da União e dos Estados criarão ouvidorias do Ministério Público, competentes para receber reclamações e denúncias de qualquer interessado contra membros ou órgãos do Ministério Público, inclusive contra seus serviços auxiliares, representando diretamente ao Conselho Nacional do Ministério Público.

- O PGR é o presidente do CNMP (art. 30-A, inciso I).

- Um membro de cada carreira do MPU compõe o Conselho (inciso II). Ou seja, um membro do MPM, um do MPT, um do MPF e um do MPDFT.

- Os membros do CNMP são processados e julgados, nos crimes de responsabilidade, pelo Senado Federal (art. 52, II).

- Compete ao STF julgar as ações contra o CNMP (art. 102, I, "r").

- O CNMP é órgão de controle do Ministério Público, fiscalizador da atuação administrativa e financeira do MP, bem como do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros (§ 2º). Trata-se de exercício de controle externo (e não interno), segundo entendimento do Plenário do próprio CNMP¹⁰.

- Dê uma lida novamente no art. 130-A e, depois, o art. 103-B e note a semelhança entre as competências do CNMP e do CNJ (art. 103-B).

¹⁰ CNMP – Processo 337/2016-92



Advocacia Pública (arts. 131 e 132 da CF/88)

CF/88, art. 131. A Advocacia-Geral da União é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.

§ 1º - A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

§ 2º - O ingresso nas classes iniciais das carreiras da instituição de que trata este artigo far-se-á mediante concurso público de provas e títulos.

§ 3º - Na execução da dívida ativa de natureza tributária, a representação da União cabe à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, observado o disposto em lei.

Art. 132. Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas.

Parágrafo único. Aos procuradores referidos neste artigo é assegurada estabilidade após três anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado das corregedorias.

- A Advocacia Pública representa judicial e extrajudicialmente os entes federativos (arts. 131, caput e 132, caput).

O STF compreende que, "pelo art. 132, a Constituição de 1988 estabeleceu o "princípio da unicidade da representação judicial e da consultoria jurídica dos Estados e do Distrito Federal" e que esse princípio da unicidade "veda a criação de órgão de assessoria jurídica na Administração Direta e Indireta diverso da Procuradoria do Estado para exercer parte das atividades que são privativas dos procuradores, ainda que haja previsão de vinculação à Procuradoria-Geral do Estado"¹¹.

O STF entende, por outro lado, que em certas circunstâncias e em causas específicas, o Estado pode constituir outro representante para atuar em juízo¹². Ou seja, não se trata de competência exclusiva da Advocacia Pública.

Nada obstante, na ADI 5109, o STF decidiu que Lei Complementar estadual que cria atribuições complementares e específicas para servidores técnicos do Departamento Estadual de Trânsito (Detran) com formação em Direito viola o artigo 132 da Constituição da República, que atribui

¹¹ STF – ADI 6500/RN.

¹² STF – 121.856-ED.



exclusivamente aos procuradores dos estados e do Distrito Federal o exercício da representação judicial e a consultoria jurídica das unidades federadas.

- A organização e funcionamento da AGU deve ser disciplinada por meio de lei complementar (*caput*).
- A AGU, de maneira ampla, é o órgão de advocacia pública da União, mas na execução da dívida ativa de natureza tributária, a representação da União cabe especificamente à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (§ 3º).
- Nas atividades de consultoria e assessoramento jurídico, a AGU age somente no Poder Executivo, porque integra este Poder (*caput*). Inclusive o STF entende que cada Poder possui a prerrogativa de manter uma assessoria jurídica própria¹³.
- Apesar de não expresso nos arts. 131 e 132, existem procuradorias no âmbito municipal – é a única Função Essencial à Justiça que se manifesta na esfera municipal.

Advocacia Privada (art. 133 da CF/88)

CF/88, art. 133. O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.

- A indispensabilidade do advogado não é absoluta, já que há determinadas causas em que não se faz necessária sua presença (ex: ações de *habeas corpus*).
- A imunidade material do advogado não é absoluta, não alcançando condutas que podem ser configuradas como crime de calúnia, desacato ou outros excessos.

Defensoria Pública (arts. 134 e 135 da CF/88)

CF/88, art. 134. A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º desta Constituição Federal.

§ 1º Lei complementar organizará a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e dos Territórios e prescreverá normas gerais para sua organização nos Estados, em cargos de carreira, providos, na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a seus integrantes a garantia da inamovibilidade e vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais.

¹³ STF – ADI 1.557/DF.



§ 2º Às Defensorias Públicas Estaduais são asseguradas autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias e subordinação ao disposto no art. 99, § 2º.

§ 3º Aplica-se o disposto no § 2º às Defensorias Públicas da União e do Distrito Federal.

§ 4º São princípios institucionais da Defensoria Pública a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional, aplicando-se também, no que couber, o disposto no art. 93 e no inciso II do art. 96 desta Constituição Federal.

- A Defensoria presta assistência jurídica judicial e extrajudicial aos necessitados, na forma do art. 5º, LXXIV (caput). Essa assistência é integral e gratuita.

- Embora o § 1º disponha que “lei complementar organizará a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e dos Territórios”, com o advento da EC 69/2012, a competência para organizar e manter a Defensoria Pública do DF foi transferida da União para o próprio DF (vide redação atual e anterior do art. 22, XVII).

Assim, atualmente, cabe à União, mediante lei complementar, organizar a Defensoria Pública da União e dos Territórios e definir normas gerais para a organização da Defensoria Pública nos estados e no DF, o que se alinha à competência concorrente para legislar sobre assistência jurídica e defensoria pública, definida no art. 24, XIII – cabendo à União definir as normas gerais e, aos Estados e DF, as normas específicas.

- Os integrantes da Defensoria possuem a garantia da inamovibilidade (mas não possuem vitaliciedade) – art. 134, § 1º.

- Princípios da Defensoria Pública: unidade, indivisibilidade e autonomia funcional (§ 4º)

- A Defensoria Pública possui autonomia funcional, administrativa e orçamentária (§§ 2º e 3º). Além disso, não está subordinada ao Poder Executivo ou quaisquer dos Poderes.

- A Defensoria pública possui legitimidade para propor Ação Civil Pública (Lei 7.347/85, art. 5º).

- Em decorrência de decisão do STF¹⁴, os entes públicos devem pagar honorários à Defensoria Pública, entretanto, o valor recebido, deve ser destinado exclusivamente estruturação de suas unidades, contribuindo para o incremento da qualidade do atendimento à população carente, garantindo, desta maneira, a efetividade do acesso à justiça, sendo vedado o rateado entre seus membros.

No caso, foi fixada a seguinte tese de repercussão geral:

JURISPRUDÊNCIA

¹⁴ STF – RE 114005.



"1. É devido o pagamento de honorários sucumbenciais à Defensoria Pública, quando representa parte vencedora em demanda ajuizada contra qualquer ente público, inclusive aquele que integra;

2. O valor recebido a título de honorários sucumbenciais deve ser destinado, exclusivamente, ao aparelhamento das Defensorias Públicas, vedado o seu rateio entre os membros da instituição".

Remuneração dos Advogados e Defensores Públicos (art. 135 da CF/88)

CF/88, art. 135. Os servidores integrantes das carreiras disciplinadas nas Seções II e III deste Capítulo serão remunerados na forma do art. 39, § 4º.

- Observar que os advogados e defensores públicos serão remunerados por subsídio fixado em parcela única, na forma do art. 39, § 4º.



QUESTÕES ESTRATÉGICAS

Nesta seção, apresentamos e comentamos uma amostra de questões objetivas selecionadas estrategicamente: são questões com nível de dificuldade semelhante ao que você deve esperar para a sua prova e que, em conjunto, abordam os principais pontos do assunto.

A ideia, aqui, não é que você fixe o conteúdo por meio de uma bateria extensa de questões, mas que você faça uma boa revisão global do assunto a partir de, relativamente, poucas questões.



1. (Instituto AOCP/2024/MPE-PR/Oficial de Promotoria) O Ministério Público do Estado tem por chefe o Procurador-Geral de Justiça. A respeito da escolha do Procurador-Geral de Justiça e de acordo com o texto constitucional, é correto afirmar que

- a) a lista tríplice é formada pelo Ministério Público, dentre integrantes da carreira, com posterior escolha e nomeação pelo Chefe do Poder Executivo estadual, para mandato de dois anos, vedada a recondução.
- b) a lista tríplice é formada pelo Ministério Público, dentre integrantes da carreira, cabendo ao Chefe do Poder Executivo estadual submeter um dos nomes para aprovação da Assembleia Legislativa, cujo mandato será de dois anos, admitida a recondução.
- c) a lista tríplice é formada pelo Ministério Público, dentre integrantes da carreira, cabendo ao Chefe do Poder Executivo estadual submeter um dos nomes para aprovação da Assembleia Legislativa, cujo mandato será de dois anos, vedada a recondução.
- d) a lista tríplice é formada pelo Ministério Público, dentre integrantes da carreira, com posterior escolha e nomeação pelo Chefe do Poder Executivo estadual, para mandato de dois anos, admitida a recondução.
- e) a lista tríplice é formada pelo Ministério Público, dentre integrantes da carreira, com posterior votação entre os membros vitalícios para escolha do Procurador-Geral de Justiça, que terá mandato de dois anos, admitida a recondução.

Comentários



A alternativa correta é a letra D, pois a escolha do Procurador-Geral de Justiça é através da formação de lista tríplice dentre integrantes da carreira, com posterior escolha e nomeação pelo Chefe do Poder Executivo estadual, para mandato de dois anos, admitida a recondução, conforme § 3º, artigo 128 da Constituição Federal.

*Art. 128, § 3º Os Ministérios Públicos dos Estados e o do Distrito Federal e Territórios formarão lista tríplice dentre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, que **será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo**, para mandato de dois anos, **permitida uma recondução**.*

Gabarito: Letra D.

2. (Instituto AOCP/2024/DPE-MS/Agente de Serviços Gerais) Considerando o que prevê a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 sobre as funções essenciais à Justiça, assinale a alternativa correta.

- a) O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente do Senado Federal e pelo Presidente da Câmara dos Deputados.
- b) O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de vinte membros.
- c) A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente do Senado Federal.
- d) Deve ser observada a garantia da vitaliciedade, após dois anos de exercício, aos membros do Ministério Público.
- e) Lei ordinária organizará a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e dos Territórios e prescreverá normas gerais para sua organização nos estados.

Comentários

Letra A – **incorreta**. O Procurador-Geral da República é nomeado pelo Presidente da República, conforme § 1º, artigo 128 da Constituição Federal.

*Art. 128, § 1º O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, **nomeado pelo Presidente da República** dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.*

Letra B – **incorreta**. Conforme caput do artigo 130-A da Constituição Federal, o Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de quatorze membros, não vinte membros.



Art. 130-A. O Conselho Nacional do Ministério Público **compõe-se de quatorze membros** nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução, sendo:

Letra C – **incorreta**. O Advogado-Geral da União é nomeado pelo Presidente da República, não pelo Presidente do Senado Federal, conforme § 1º, artigo 131 da Constituição Federal.

Art. 131, § 1º A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre **nomeação pelo Presidente da República** dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

Letra D – **correta**. Conforme alínea a, inciso I, § 5º, artigo 128 da Constituição Federal.

Art. 128, § 5º Leis complementares da União e dos Estados, cuja iniciativa é facultada aos respectivos Procuradores-Gerais, estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público, observadas, relativamente a seus membros:

I - as seguintes garantias:

a) vitaliciedade, após dois anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado;

Letra E – **incorreta**. Com base no § 1º, artigo 134 da Constituição Federal, é uma lei complementar que organizará a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e dos Territórios.

Art. 134, § 1º Lei complementar organizará a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e dos Territórios e prescreverá normas gerais para sua organização nos Estados, em cargos de carreira, providos, na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a seus integrantes a garantia da inamovibilidade e vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais.

Gabarito: Letra D.

3. (Instituto AOCP/2024/MPE-RR/Auxiliar Administrativo) De acordo com as regras constitucionais a respeito do Ministério Público, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

() Ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais, vedada a defesa dos interesses individuais, ainda que individuais indisponíveis.



() Aos membros do Ministério Público é vedado o exercício da advocacia no juízo do qual se afastou, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo, seja por aposentadoria ou exoneração.

() A Constituição Federal de 1988 veda aos membros do Ministério Público o exercício do magistério, ainda que em disponibilidade.

() O Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios compõe o Ministério Público da União.

a) F – V – F – V.

b) V – F – V – F.

c) F – V – V – V.

d) V – F – F – V.

e) F – F – V – V.

Comentários

1ª afirmativa – **falsa**. O caput do artigo 127 da Constituição Federal não exclui das competências do Ministério Público a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

2ª afirmativa – **verdadeira**. Conforme § 6º, artigo 128 cumulado com inciso V, parágrafo único, artigo 95 da Constituição Federal.

Art. 95, Parágrafo único. Aos juízes é vedado:

(...)

V exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.

(...)

Art. 128, § 6º Aplica-se aos membros do Ministério Público o disposto no art. 95, parágrafo único, V.



3ª afirmativa – **falsa**. A Constituição Federal na alínea d, inciso II, artigo 128 não veda aos membros do Ministério Público o exercício de um cargo de magistério.

Art. 128, II - as seguintes vedações:

(...)

d) exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo uma de magistério;

4ª afirmativa – **verdadeira**. Conforme alínea d, inciso I, artigo 128 da Constituição Federal.

Art. 128. O Ministério Público abrange:

I - o Ministério Público da União, que compreende:

(...)

d) o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;

Gabarito: Letra A.

4. (Instituto AOCP/2022/MPE-RR/Técnico do Ministério Público) De acordo com o que prevê a Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa que NÃO apresenta uma das funções institucionais do Ministério Público.

- a) Defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.
- b) Promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei.
- c) Exercer a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas.
- d) Promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social.
- e) Requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial.

Comentários

A alternativa que não apresenta uma das funções institucionais do Ministério Público é a letra C, pois, conforme o *caput* do artigo 132 da Constituição Federal, são os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal que exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas.



Art. 132. Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas.

As demais alternativas apresentam funções institucionais do Ministério Público.

Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público:

I - promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei; (Letra B – **correta**)

(...)

III - promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos; (Letra D – **correta**)

(...)

V - defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas; (Letra A – **correta**)

(...)

VIII - requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais; (Letra E – **correta**)

Gabarito: Letra C.

5. (Instituto AOCP/2022/MPE-RR/Técnico do Ministério Público) Tiago é promotor de justiça em uma comarca do Estado de Roraima e alguns colegas mencionaram que haveria sua remoção para outra localidade sem seu consentimento. Considerando o que dispõe a Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa que representa hipótese de remoção de procurador do Ministério Público.

- a) Por motivo de interesse do órgão colegiado competente, mediante votação e aprovação pela maioria simples dos seus membros, podendo recorrer da decisão.
- b) Por motivo de interesse próprio quando atingir mais de cinco anos de exercício na mesma localidade, mediante concurso interno.
- c) Por motivo de interesse público, com decisão fundamentada do Procurador Geral do Estado.
- d) Por motivo de interesse próprio, dependendo da autorização através de votação da maioria simples do órgão colegiado competente.



e) Por motivo de interesse público, mediante decisão do órgão colegiado competente do Ministério Público, pelo voto da maioria absoluta de seus membros, assegurada ampla defesa.

Comentários

A alternativa correta é a letra E, pois conforme a alínea b, do inciso I, do § 5º, do artigo 128 da Constituição Federal, aos membros do Ministério Público é garantida a inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do órgão colegiado competente do Ministério Público, pelo voto da maioria absoluta de seus membros, assegurada ampla defesa.

Art. 128, § 5º Leis complementares da União e dos Estados, cuja iniciativa é facultada aos respectivos Procuradores-Gerais, estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público, observadas, relativamente a seus membros:

I - as seguintes garantias:

(...)

*b) inamovibilidade, salvo **por motivo de interesse público, mediante decisão do órgão colegiado competente do Ministério Público, pelo voto da maioria absoluta de seus membros, assegurada ampla defesa;***

Gabarito: Letra E.

6. (Instituto AOCP/2022/MPE-RR/Técnico do Ministério Público) De acordo com o que prevê a Constituição Federal de 1988 sobre o Conselho Nacional do Ministério Público, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

() O Conselho é composto de vinte membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.

() O mandato dos membros indicados para o Conselho é de dois anos, admitida uma recondução.

() O Conselho escolherá, em votação aberta, um Corregedor nacional, dentre os membros do Ministério Público que o integram.

() Dentre os integrantes do Conselho, estão três membros do Ministério Público dos Estados e quatro membros do Ministério Público da União.

a) F – V – V – F.

b) V – F – F – F.

c) F – V – V – V.



d) V – F – V – F.

e) F – V – F – V.

Comentários

1ª afirmativa – **falsa**. Conforme o caput do artigo 130-A da Constituição Federal, o Conselho Nacional do Ministério Público é composto de quatorze membros, não vinte.

Art. 130-A. O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de **quatorze membros** nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução, sendo:

2ª afirmativa – **verdadeira**. Conforme o caput do artigo 130-A da Constituição Federal.

Art. 130-A. O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um **mandato de dois anos, admitida uma recondução**, sendo:

3ª afirmativa – **falsa**. Conforme o § 3º do artigo 130-A da Constituição Federal, o Conselho escolherá, **em votação secreta**, um Corregedor nacional, dentre os membros do Ministério Público que o integram.

Art. 130-A, § 3º O Conselho escolherá, **em votação secreta**, um Corregedor nacional, dentre os membros do Ministério Público que o integram, vedada a recondução, competindo-lhe, além das atribuições que lhe forem conferidas pela lei, as seguintes:

4ª afirmativa – **verdadeira**. Conforme os incisos II e III do artigo 130-A da Constituição Federal.

Art. 130-A. O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução, sendo:

(...)

II quatro membros do Ministério Público da União, assegurada a representação de cada uma de suas carreiras;

III três membros do Ministério Público dos Estados;

Gabarito: Letra E.



QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

Perguntas

1. Qual a função do Ministério Público?
2. O Ministério Público integra a estrutura de qual Poder?
3. Qual a estrutura do Ministério Público da União (MPU)?
4. A quem cabe a iniciativa de lei de organização do Ministério Público da União? E dos Ministérios Públicos Estaduais?
5. Quais são os princípios institucionais do Ministério Público (MP)?
6. O que preceitua o princípio do promotor natural?
7. É possível o oferecimento de denúncia pelo MP sem prévia investigação criminal por parte da polícia?
8. Quantas reconduções são permitidas constitucionalmente ao cargo de Procurador Geral da República?
9. Quantas reconduções são permitidas constitucionalmente ao cargo de Procurador Geral de Justiça dos Estados?
10. A Advocacia Geral da União realiza atividades de consultoria e assessoramento jurídico de quais poderes?
11. Aos procuradores dos Estados são assegurados a garantia da inamovibilidade? E da vitaliciedade?
12. Aos defensores públicos dos Estados são assegurados a garantia da inamovibilidade? E da vitaliciedade?
13. Quais defensorias públicas possuem autonomia funcional e administrativa e iniciativa de sua proposta orçamentária?
14. A quem compete organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal?
15. Quais são os princípios institucionais da Defensoria Pública (DP)?
16. Qual a função da Defensoria Pública?

Perguntas com respostas

1. Qual a função do Ministério Público?

Defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF, art. 127, *caput*).



2. O Ministério Público integra a estrutura de qual Poder?

O Ministério Público não integra a estrutura de nenhum dos poderes – é instituição autônoma e independente.

3. Qual a estrutura do Ministério Público da União (MPU)?

O MPU abrange:

- a) Ministério Público Federal;
- b) Ministério Público do Trabalho;
- c) Ministério Público Militar;
- d) O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

4. A quem cabe a iniciativa de lei de organização do Ministério Público da União? E dos Ministérios Públicos Estaduais?

A lei de organização do Ministério Público da União é da iniciativa concorrente do Presidente da República (CF, art. 61, § 1º, II, “d”) e do Procurador-Geral da República (CF, art. 128, § 5º).

Por sua vez, as leis de organização dos Ministérios Públicos Estaduais são de iniciativa reservada aos respectivos Procuradores-Gerais de Justiça (entendimento do STF).

5. Quais são os princípios institucionais do Ministério Público (MP)?

Unidade, indivisibilidade e independência funcional (CF, art. 127, § 1º).

O princípio da unidade preceitua que o MP deve ser considerado um órgão único, composto por um só corpo institucional. A unidade ocorre, entretanto, dentro de cada MP (ou seja, dentro de cada ramo do MPU e dentro de cada Ministério Público do Estado).

O princípio da indivisibilidade preceitua que os membros do MP agem em nome da instituição, não em nome deles mesmos, o que permite a substituição de um membro do MP por outro, em um mesmo processo, sem qualquer prejuízo processual – os membros do MP não estão vinculados aos processos em que atuam.

O princípio da independência funcional possui acepção interna e externa. Na acepção externa (ou orgânica), preceitua que o MP não está sujeito à interferência de outro órgão ou Poder. Já na acepção interna, o referido princípio preceitua que os membros do MP não estão sujeitos à hierarquia funcional – se vinculam apenas ao ordenamento jurídico e a sua própria convicção -, embora possam estar sujeitos à hierarquia (meramente) administrativa.



6. O que preceitua o princípio do promotor natural?

Preceitua que a designação de um membro do MP para atuar em um determinado processo deve obedecer a critérios objetivos preestabelecidos, evitando, assim, casuísmos e arbitrariedades ("acusador de exceção").

7. É possível o oferecimento de denúncia pelo MP sem prévia investigação criminal por parte da polícia?

Sim, o MP pode oferecer denúncia baseada em peças de informação obtidas pelo próprio *parquet*, mesmo que não haja investigação criminal por parte da polícia, conforme entendimento do STF¹.

8. Quantas reconduções são permitidas constitucionalmente ao cargo de Procurador Geral da República?

A CF não limita o número de reconduções (CF, art. 128, § 1º).

Art. 128. (...)

§ 1º O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.

9. Quantas reconduções são permitidas constitucionalmente ao cargo de Procurador Geral de Justiça dos Estados?

Apenas uma recondução (CF, art. 128, § 3º).

Art. 128. (...)

§ 3º Os Ministérios Públicos dos Estados e o do Distrito Federal e Territórios formarão lista triíplice dentre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.

10. A Advocacia Geral da União realiza atividades de consultoria e assessoramento jurídico de quais poderes?

Apenas do Poder Executivo (CF, art. 131, caput).

¹ STF – RE 535.478.



Art. 131. A Advocacia-Geral da União é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.

11. Aos procuradores dos Estados são assegurados a garantia da inamovibilidade? E da vitaliciedade?

Nenhum dos dois, mas, apenas estabilidade, a ser adquirida após três anos de exercício, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado das corregedorias (CF, art. 132, parágrafo único).

Art. 132. (...)

Parágrafo único. Aos procuradores referidos neste artigo é assegurada estabilidade após três anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado das corregedorias.

12. Aos defensores públicos dos Estados são assegurados a garantia da inamovibilidade? E da vitaliciedade?

Os defensores públicos, não somente os dos Estados, possuem a garantia da inamovibilidade, mas não a da vitaliciedade (CF, art. 134, § 1º).

Art. 134. (...)

§ 1º Lei complementar organizará a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e dos Territórios e prescreverá normas gerais para sua organização nos Estados, em cargos de carreira, providos, na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a seus integrantes a garantia da inamovibilidade e vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais.

13. Quais defensorias públicas possuem autonomia funcional e administrativa e iniciativa de sua proposta orçamentária?

Todas, conforme §§ 2º e 3º do art. 134 da CF.

Art. 134. (...)

§ 2º Às Defensorias Públicas Estaduais são asseguradas autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias e subordinação ao disposto no art. 99, § 2º.



§ 3º Aplica-se o disposto no § 2º às Defensorias Públicas da União e do Distrito Federal.

14. A quem compete organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal?

O próprio DF (arts. 22, XVII, 24, XIII da CF).

15. Quais são os princípios institucionais da Defensoria Pública (DP)?

Unidade, indivisibilidade e independência funcional (art. 134, § 4º da CF).

Aqui valem os mesmos preceitos aplicados aos princípios institucionais do Ministério Público.

O princípio da unidade preceitua que a DP deve ser considerada um órgão único, composto por um só corpo institucional. A unidade ocorre, entretanto, dentro de cada DP.

O princípio da indivisibilidade preceitua que os membros da DP agem em nome da instituição, não em nome deles mesmos, o que permite a substituição de um membro da DP por outro, em um mesmo processo, sem qualquer prejuízo processual – os membros da DP não estão vinculados aos processos em que atuam.

O princípio da independência funcional possui acepção interna e externa. Na acepção externa (ou orgânica), preceitua que a DP não está sujeita à interferência de outro órgão ou Poder. Já na acepção interna, o referido princípio preceitua que os membros da DP não estão sujeitos à hierarquia funcional, embora possam estar sujeitos à hierarquia (meramente) administrativa.

16. Qual a função da Defensoria Pública?

Nos termos do art. 134, *caput*, da CF, a função da Defensoria Pública é a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º da CF.

...



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDRINO, Marcelo. DIAS, Frederico. PAULO, Vicente. Aulas de direito constitucional para concursos. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2013.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). A Constituição e o Supremo. 5. ed. Brasília: STF, Secretaria de Documentação, 2016.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 30. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 29. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

FURTADO, Lucas Rocha. Curso de direito administrativo. 5. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

LIMA, Gustavo Augusto F. de. Agências reguladoras e o poder normativo. 1. ed. São Paulo: Baraúna, 2013.

LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 40. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.